

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PERSPECTIVAS DO DIREITO PENAL PÓS-PANDEMIA.....</b>	<b>15</b>
	<i>Adel El Tasse</i>	
	1. A título de Marco Referencial.....	15
	2. O Cenário Atual.....	17
	3. O funcionalismo do poder punitivo pós-pandemia.....	18
	4. A tarefa do Direito Penal pós-pandemia.....	25
	5. Conclusão.....	30
	6. Referências bibliográficas.....	31
<b>2</b>	<b>A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA A MÚSICA E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA .....</b>	<b>33</b>
	<i>Eduardo de Moraes Sabbag</i>	
	1. Introdução.....	33
	2. Conceito de Imunidade Tributária.....	34
	3. A imunidade tributária para a música e a difusão da cultura .....	40
	4. A imunidade tributária para a música e o propósito inibitório da contrafação.....	42
	5. Os conceitos técnicos empregados no texto da norma do art. 150, VI, “e”, CF.....	45
	6. Os impostos afastados por força da imunidade para a música.....	46
	7. A ressalva à imunidade: replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.....	47
	8. A crítica ao texto da presente norma imunizante.....	48
	9. Conclusões.....	52
	10. Referências bibliográficas.....	54

<b>3</b>	<b>A SOCIOLOGIA DE ERVING GOFFMAN: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DO ESTIGMA NA CRIMINOLOGIA .....</b>	<b>57</b>
	<i>Alexandre Sanches Cunha</i>	
	Avant-propos d'un mémoire .....	57
	1. A sociologia de Erving Goffman: reflexões sobre aspectos do estigma na criminologia .....	59
	2. Conclusão .....	71
	3. Referências bibliográficas.....	73
<b>4</b>	<b>GRAVAÇÕES COM CÂMERAS INDIVIDUAIS EM POLICIAIS GERA OUTROS PROBLEMAS NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>75</b>
	<i>Alexandre Moraes da Rosa</i>	
	<i>Luiz Eduardo Cani</i>	
	1. Introdução .....	75
	2. Os atos administrativos na esfera de restrição da liberdade têm presunção de ilegitimidade: a herança da advertência de Miranda no contexto do Processo Penal .....	76
	3. A perda de uma chance probatória.....	79
	4. A tecnologia que monitora e a cessão de câmeras às polícias: realidade e omissão. Perder a chance de produzir prova por quê? .....	84
	5. Considerações Finais .....	90
<b>5</b>	<b>SEM MEDO DE ERRAR: A NECESSIDADE DE UMA (RE)VISITA AO ERRO DE DIREITO COMO CAUSA DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS .....</b>	<b>91</b>
	<i>Cristiano Chaves de Farias</i>	
	Prólogo: estudos sobre o erro de direito, em perspectiva multidisciplinar (em memória de Luiz Flávio Gomes) .....	91
	1. A proibição geral de alegação de desconhecimento da lei: é possível conhecer todas as normas jurídicas?.....	93
	2. O desconhecimento da lei (erro de direito) como causa de invalidade dos negócios jurídicos: de perigoso motivo de instabilidade ao permissivo na proteção da confiança .....	96
	3. Um paradoxo hermenêutico: a alegação de erro de direito desde que não importe em recusa à aplicação da lei .....	98
	4. Uma interpretação construtiva e sistêmica para o erro de direito à luz da confiança e em harmonia com o erro de fato.....	102

5.	Possibilidade de alegação de erro de direito por desconhecimento da norma jurídica em sentido amplo: norma não é apenas lei.....	107
6.	Epílogo: sem medo de errar, uma nova compreensão para o erro de direito .....	109
7.	Referências bibliográficas.....	111
<b>6</b>	<b>IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS E INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO .....</b>	<b>113</b>
	<i>Vinícius Casalino</i>	
1.	Introdução .....	113
2.	Economia de mercado e forças de divergência.....	116
3.	Forças de convergência e política tributária.....	124
4.	O imposto sobre grandes fortunas.....	132
5.	Conclusão.....	141
6.	Referências bibliográficas.....	142
<b>7</b>	<b>COVID-19 E O DIREITO ADMINISTRATIVO DE EXCEÇÃO .....</b>	<b>145</b>
	<i>Fernanda Marinela</i>	
1.	Introdução .....	145
2.	Desenvolvimento .....	147
2.1.	Restrição de liberdades individuais, interesse público e poder de polícia.....	148
2.2.	Flexibilizações e inovações na seara das contratações públicas .....	151
2.3.	Discussões acerca da responsabilidade dos agentes públicos	160
3.	Considerações finais.....	163
4.	Referências bibliográficas.....	164
<b>8</b>	<b>LEVANDO O DEVER DE ESTIMULAR A AUTOCOMPOSIÇÃO A SÉRIO: UMA PROPOSTA DE RELEITURA DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA À LUZ DO CPC/15.....</b>	<b>167</b>
	<i>Fernando da Fonseca Gajardoni</i>	
1.	A tentativa de solução extrajudicial do conflito é condicionante legítima para o acesso ao Judiciário?.....	167

2.	A evolução da jurisprudência brasileira na última década.....	168
3.	Eficiência do sistema extrajudicial de atendimento ao jurisdicionado como requisito necessário para a releitura do princípio de acesso à justiça .....	173
4.	A plataforma consumidor.gov.br.....	174
5.	Levando o dever de estimular a autocomposição a sério: consequências práticas do descumprimento do dever imposto às partes de buscar a autocomposição.....	176
6.	Conclusões.....	180
7.	Referências bibliográficas.....	181
<b>9</b>	<b>INTERVENÇÃO DE <i>AMICUS CURIAE</i> EM PROCESSO APTO À FORMAÇÃO DE PRECEDENTE ADMINISTRATIVO OBRIGATÓRIO.....</b>	<b>183</b>
	<i>Fredie Didier Jr.</i>	
1.	Introdução: generalidades sobre a intervenção do amicus curiae.....	183
2.	Sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	185
3.	Intervenção do amicus curiae e os processos administrativos aptos à formação de precedentes obrigatórios.....	189
4.	Conclusão.....	192
<b>10</b>	<b>A ESTRUTURA DO DIREITO PENAL EM FACE DA TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO .....</b>	<b>193</b>
	<i>José Carlos de Oliveira Robaldo</i>	
1.	Introdução .....	193
2.	Passo a passo da aplicação da teoria tridimensional do direito no Direito Penal .....	197
3.	Política Criminal: breves considerações.....	198
4.	Criminologia: breves considerações.....	201
5.	Conclusão.....	203
6.	Referências bibliográficas.....	203
<b>11</b>	<b>O STF E A OPINIÃO PÚBLICA.....</b>	<b>205</b>
	<i>Marcelo Novelino</i>	
1.	A tensão entre o controle de constitucionalidade e o princípio majoritário: a “dificuldade contramajoritária” .....	207
1.1.	O papel protetivo, conformador e representativo das cortes constitucionais.....	209

2.	O STF e a opinião pública .....	213
2.1.	Razões subjacentes à convergência de opiniões .....	216
2.1.1.	Hipóteses para a influência indireta .....	218
2.1.2.	Hipóteses para a influência direta .....	220
2.2.	Variáveis intervenientes .....	224
2.2.1.	Variáveis subjetivas .....	224
2.2.2.	Variáveis objetivas .....	225
3.	Conclusão .....	229
4.	Referências bibliográficas.....	230
<b>12</b>	<b>VALOR PROBATÓRIO DA COLABORAÇÃO PREMIADA.....</b>	<b>235</b>
	<i>Nestor Távora</i>	
	<i>Rosmar Rodrigues Alencar</i>	
1.	Introdução .....	235
2.	Déficit da relação entre o conceito de prova e a colaboração premiada .....	239
3.	Baixa compatibilidade entre as garantias fundamentais e o acordo em matéria penal.....	243
4.	Valor da colaboração premiada diante dos vetores de julgamento criminal.....	245
5.	Incompatibilidade entre colaboração premiada, verdade e ciência	247
6.	As espécies de acordo de não persecução penal e a colaboração premiada .....	249
7.	Conclusão.....	253
8.	Referências bibliográficas.....	254
<b>13</b>	<b>PROMESSA DE DOAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA: É MAIS COMUM DO QUE VOCÊ IMAGINA!.....</b>	<b>255</b>
	<i>Pablo Stolze</i>	
1.	Introdução .....	255
2.	Promessa de Doação (Pactum de Donando).....	256
3.	A Promessa de Doação e o Direito de Família .....	260
4.	Referências bibliográficas .....	263

<b>14</b>	<b>NOTAS SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA EM TEMPOS DE COVID-19 .....</b>	<b>265</b>
	<i>Robério Nunes dos Anjos Filho</i>	
	<i>Geisa de Assis Rodrigues</i>	
	1. Introdução .....	265
	2. O direito ao desenvolvimento e o desenvolvimento humano .....	268
	3. O direito ao desenvolvimento na CF/88.....	274
	4. Os direitos à saúde, à educação e à renda em tempos de COVID-19 ..	276
	5. Conclusão.....	288
	6. Referências bibliográficas.....	290
<b>15</b>	<b>RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS POR EPIDEMIAS E PANDEMIAS TRANSNACIONAIS: O CASO DA COVID-19 PRO- VINDA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....</b>	<b>293</b>
	<i>Valerio de Oliveira Mazzuoli</i>	
	1. Introdução .....	293
	2. Reflexos da Covid-19 nas atividades dos Estados nacionais .....	295
	3. Regras gerais sobre responsabilidade internacional dos Estados...	296
	3.1 Conceito de responsabilidade internacional .....	298
	3.2 Características da responsabilidade internacional.....	298
	3.3 Elementos constitutivos da responsabilidade internacional ..	300
	4. Covid-19 e responsabilidade internacional do Estado.....	302
	4.1 Determinações da OMS no Regulamento Sanitário Interna- cional.....	303
	4.2 Recomendações da OMS no caso da pandemia da Covid-19 ...	309
	5. Solução de controvérsias internacionais e recurso à Corte Interna- cional de Justiça.....	311
	6. “Força maior” como excludente de ilicitude? .....	318
	7. Responsabilidade da OMS por falta da imposição de sanções?.....	323
	8. A globalização de joelhos e a lição de Ferrajoli .....	326
	9. Conclusões.....	328
	10. Referências bibliográficas.....	330

<b>16</b>	<b>CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DOS ESTADOS, BEM COMO INTERESTADUAL (MPU X MPE OU MPE X MPE) .....</b>	<b>333</b>
	<i>Rogério Sanches Cunha</i>	
	Referências bibliográficas .....	341
<b>17</b>	<b>A SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES ESTATAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A NECESSIDADE DE UMA REVISÃO DA TEORIA CLÁSSICA DA SEPARAÇÃO DE PODERES .....</b>	<b>343</b>
	<i>Dirley da Cunha Júnior</i>	
	1. O Poder político e as funções estatais.....	343
	2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais.....	345
	3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras .....	353
	4. A separação das funções estatais no Estado Democrático de Direito: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes .....	355
	5. Considerações finais.....	365
	6. Referências bibliográficas.....	366
<b>18</b>	<b>A FALÊNCIA DA PENA DE PRISÃO .....</b>	<b>369</b>
	<i>Gamil Föppel El Hireche</i>	
	1. Introdução .....	369
	2. A finalidade da pena.....	370
	3. Problemas relacionados ao Direito Penal .....	372
	4. Possibilidades de Progresso .....	374
	4.1. Teorias.....	374
	4.2. As penas alternativas e o papel da comunidade .....	375
	5. Tendências da legislação penal brasileira.....	377
	6. Conclusões.....	379
	7. Referências bibliográficas.....	380
<b>19</b>	<b>PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER .....</b>	<b>381</b>
	<i>Alice Bianchini</i>	
	1. Introdução .....	381

2. O princípio da insignificância e seus vetores.....	382
3. Bem jurídico nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher .....	384
4. O princípio da insignificância nos casos de violência doméstica e familiar na visão dos Tribunais .....	389
4.1. Posicionamento do STF.....	389
4.2. Posicionamento do STJ.....	391
4.3. Posicionamento de Tribunais de Justiça.....	394
5. Considerações finais.....	398
6. Referências bibliográficas.....	399